

## Políticas linguísticas de internacionalização do português nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa: caminhos e desafios do português africano

Linguistic policies for the internationalization of portuguese in Portuguese-Speaking African Countries: paths and challenges of african portuguese

**Alexandre António Timbane**

Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira- UNILAB

<http://orcid.org/0000-0002-2061-9391>

[alextimbana@hotmail.com](mailto:alextimbana@hotmail.com)

### RESUMO

Todas as sociedades, por mais que sejam mais isoladas geograficamente possuem uma política e um planejamento linguísticos (CALVET, 2006, 2007). O estatuto atribuído a uma língua tem efeitos diversos: pode expandir, revitalizar-se ou ainda extinguir-se. O destino das línguas depende de decisões políticas. Os PALOP escolheram o português como a língua oficial assumindo as funções estatais, incluindo o ensino. Nessa política se questiona, se existe políticas de internacionalização do português desde as independências dos PALOP? A resposta é: não existe e nem tentativas de efetivar; a língua portuguesa se torna internacional na África devido a presença dos dos PALOP nas organizações internacionais; Ela se internacionaliza devido à influência da CPLP no mundo e de empresas portuguesas e brasileiras em países africanos. A pesquisa visa discutir a influência dos PALOP na internacionalização do português. Especificamente, visa (i) analisar o contexto da LP nos PALOP; (ii) debater a relevância do português na expansão dentro e fora dos países; (c) incentivar políticas linguísticas na CPLP que visam internacionalizar o português na África. É uma pesquisa bibliográfica e documental visto que se baseou na análise dos documentos oficiais disponíveis para além das pesquisas que debatem a temática. Da pesquisa se concluiu que é preciso envolver a CPLP e os governos locais no estabelecimento de políticas que visem internacionalizar o português. Seria importante o apoio para que os PALOP produzam dicionários e gramáticas pluricêntricas que consolidariam as realidades sociolinguísticas das variedades africanas do português.

**Palavras-chave:** Português; Internacionalização; PALOP; Políticas Linguísticas

### ABSTRACT

All societies, no matter how geographically isolated they are, have a linguistic policy and planning (CALVET, 2006, 2007). The status given to a language has different effects: it can expand, revitalize or even disappear. The fate of languages depends on political decisions. The PALOP chose Portuguese as the official language taking on state functions, including teaching. In this policy, the question is whether there have been policies for the internationalization of Portuguese since the independence of the PALOP? The answer is: there are neither attempts to carry out; the Portuguese language becomes international in Africa due to the presence of the PALOP in international organizations; It internationalizes due to the influence of CPLP in the world and of Portuguese and Brazilian companies in African countries. The research aims to discuss the influence of the PALOP in the internationalization of Portuguese. Specifically, it aims to (i) analyze the context of LP in the PALOP; (ii) debate the relevance of Portuguese in the expansion inside and outside countries; (c) encourage language policies at CPLP that aim to internationalize Portuguese in Africa. It is a bibliographic and documentary research as it was based on the analysis of official documents available, in addition to research that debated the theme. The research concluded that it is necessary to involve the CPLP and local governments in the establishment of policies aimed at internationalizing Portuguese. It would be important to support the PALOP in producing pluricentric dictionaries and grammars that would consolidate the sociolinguistic realities of the African varieties of Portuguese.

**Keywords:** language policy; language promotion policies; promotion of Portuguese language.

## 1. Introdução

Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) atribuíram o estatuto de **oficialidade** ao português para permitir que ela sirva de língua de interação entre compatriotas (falantes de línguas de diferentes etnias) e também com o mundo lusófono (neste caso a Comunidade de Países de Língua Portuguesa-CPLP). Para Timbane (2013), a Língua Portuguesa (LP) falada ou escrita hoje, é resultado de constantes modificações que culminam com a variação, observada ao longo de vários séculos da presença portuguesa na África. Essa variação atesta a ideia de que as línguas não são estanques, variam e mudam, mas continuam organizadas e oferecendo aos seus usuários, recursos essenciais e necessários para a comunicação. Para já, importa garantir que a LP falada em Moçambique é dos moçambicanos, é uma língua nacional do país e possui a função para satisfazer as necessidades comunicativas do cotidiano, especialmente nas zonas urbanas e suburbanas.

A pesar de português ser a língua oficial, não é falada como língua materna pela maioria dos PALOP, daí a defesa de definir esses povos como bantófonos, khoisófonos ou crioulofonos sob o ponto de vista pragmático. Quando se fala de línguas africanas inclui-se os crioulos de qualquer base que tenham surgido na África. Esses crioulos clamam pelo seu lugar, pelo seu reconhecimento, tal como defende a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996). A língua sob a forma de entidade concreta, não existe. O que existe são falantes, são grupos de falantes, é a comunidade de fala. São estes grupos de falantes que precisam ser respeitados na sua história e nos seus modos de interpretar o mundo, nas suas crenças, enfim na **cultolinguística** (KIALANDA et al., 2019). A língua (ou melhor, a variedade) e a cultura são fases da mesma moeda.

A língua ultrapassa fronteiras geopolíticas e atinge pessoas de diferentes culturas e tradições. As línguas não respeitam limites geopolíticos e por vezes atingem grupos étnicos diversos. O multilinguismo na África jamais constituiu um problema. Aliás, é uma riqueza e patrimônio imaterial da qual as sociedades se orgulham. Nesse olhar, não existe uma língua superior a outra. A política linguística tradicional dos africanos coloca as línguas num mesmo nível, assumindo a ideia de que toda língua é uma forma de expressão da cultura e da identidade de um povo. Na África pode-se citar exemplos da língua suahili com mais de 15 milhões de falantes nativos falado em Moçambique, Quênia, Tanzânia, RD de Congo; da língua hausa falada por 40 milhões de pessoas no Togo, Nigéria, Benin, Níger, Chade, Sudão, Camarões; da língua yoruba falada por mais de 30 milhões de pessoas como língua materna na Nigéria, Benin, Togo entre outros (STEPHANOU, 2018). Segundo Oliveira, a internacionalização da LP é benéfica para toda a comunidade linguística e “precisamos internacionalizar a sua gestão, construindo de maneira conjunta a sua cadeia tecnológica e a

coordenação diplomática da sua negociação global, reconhecendo a oportunidade de pensá-la e tratá-la como **língua policêntrica**” (OLIVEIRA, 2013, p.432, grifo do autor).

O planejamento linguístico, segundo Severo (2013) envolve as práticas de **planejamento de corpus** (codificação, elaboração de alfabetos, gramatização, sistematização do léxico, manuais literários, entre outros), **planejamento do status** (designações e usos da língua pautadas por leis e decretos), **planejamento das formas de aquisição** (políticas de ensino e aprendizagem das línguas), **planejamento de usos** (políticas de divulgação e uso das línguas) e **planejamento de prestígio** (avaliação dos usos linguísticos). É a política linguística que se interessa pela internacionalização de uma língua.

A internacionalização da LP nos PALOP ainda é um sonho, porque os países não conseguem obter condições para implementar projetos que visem expandir a língua além fronteiras. Normalmente, são os “outros países vizinhos” que se interessam e promovem a LP. Portugal tem se interessado com a internacionalização por meio do Instituto Camões onde coordena 56 Centros de língua portuguesa em 39 países (SEVERO, LEVISKI, 2019). Esta ação da internacionalização do português feita por Portugal ocorre de forma isolada e sem harmonia nem colaboração dos PALOP. Os investimentos em torno da divulgação e expansão vem apenas de Portugal e não há na CPLP uma harmonia na atuação de forma coordenada. Ora, esta questão desautoriza e afasta intenções dos PALOP na necessidade de atuação coordenada para que a LP possa assumir espaços maiores.

A língua oficial é um instrumento de poder. Quem a conhece tem mais privilégios do que quem não a conhece. Sendo assim, oferecer a oficialidade a uma língua é atribuir um poder. As políticas linguísticas nos PALOP mostram que não se pretende que as línguas “minorizadas”<sup>1</sup> tenham esse poder. Fica clara a ideia de que mesmo oferecendo o português como língua oficial não significa que é um poder pleno. Porque? Porque apesar do português ser oficial é necessário que o falante conheça a norma mais privilegiada, a **norma-padrão**. Nos PALOP, muitos cidadãos que moram nas cidades falam português nos seus lares, mas “esse português” não serve para a escola. A língua da escola é diferente da língua de casa. A norma-padrão é uma norma artificial que não reflete o que efetivamente as pessoas falam em situações reais de comunicação cotidiana.

Iniciamos o debate refletindo o seguinte: a LP que os PALOP precisam internacionalizar é o Português Europeu ou é o português africano? Se for, o português africano tem instrumentos legitimadores? Como seria internacionalizar sem dicionário e nem gramática? Estas questões apenas nos fazem levantar a seguinte pergunta de partida: de que forma a língua portuguesa se internacionaliza nos PALOP? A LP se torna língua internacional na África devido a influencia dos

<sup>1</sup> Não existe uma língua minoritária porque o valor de uma língua não é calculada pelo número de falantes vivos. Usar o termo “língua minorizada” se torna justo uma vez que é Política Linguística que minoriza. A língua não é apenas para os “vivos”. Também os “mortos” também usam a língua e estabelecem comunicação permanente com os “vivos”. Caso deseje contar o número de falantes de uma língua, junte os “vivos” e os “mortos” para decidir se é minorizada ou não.

PALOP nas principais organizações internacionais, devido a oficialidade, devido a influência da CPLP no mundo. A pesquisa tem como objetivo geral: discutir a influência dos PALOP na internacionalização do português. Especificamente, a pesquisa vai (i) analisar o contexto da LP nos PALOP; (ii) debater a relevância da LP nos países vizinhos dos PALOP; (c) apresentar a expansão da LP na África.

Quanto à metodologia, a pesquisa é de cunho bibliográfico e documental visto que ela se baseou na análise dos documentos oficiais disponíveis para além das pesquisas que debatem a temática. Uma pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e outros estudos científicos. (CERVO, BERVIAN, DA SILVA, 2007). O artigo inicia o debate apresentando a situação sociolinguística dos PALOP debatendo o multilinguismo que é característico. Em seguida, o artigo analisa a política linguística dos PALOP analisando documentos oficiais sobre o espaço da LP nos territórios; na terceira seção analisam-se as relações entre a LP e a África lusófona buscando compreender os avanços e recuos da internacionalização da língua. Nesta seção apresentam-se pesquisas e debates que aprofundam as teorias. A pesquisa termina apresentando as considerações finais e levanta possíveis caminhos para a internacionalização do português na África.

## 2. A situação sociolinguística dos PALOP: a multiplicidade de línguas e as relações de convivência com a LP

O Estatuto de Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique foi promulgada por Portugal em 1954 e tinha como objetivo oferecer uma identidade e civilização aos africanos. Trata-se do Decreto-Lei nº 39.666/1954, de 20 de maio que estabelecia condições sobre como ganhar a nacionalidade portuguesa e como se tornar um cidadão português. De lembrar que Moçambique, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe eram províncias de Portugal. Um dos requisitos para um africano ser considerado ‘português’ era de saber falar a LP.

Sabe-se que os africanos já tinham suas línguas antes da chegada dos europeus. Mas com a chegada dos colonizadores as línguas africanas deixaram de ser **línguas** e passaram a ter o estatuto de **dialetos**. O emprego do termo, fora dos estudos científicos, sempre tem sido carregado de preconceito racial e/ou cultural. Nesse emprego, **dialeto** é uma forma errada, feia, ruim, pobre ou atrasada de se falar uma língua. Também é uma maneira de distinguir as línguas dos povos civilizados, brancos, das formas supostamente primitivas de falar dos povos selvagens. Essa separação é tão poderosa que se enraizou no inconsciente da maioria das pessoas. Já o português europeu era tido como língua. Devido ao fraco conhecimento sobre a língua, muitos cidadãos desprezam também a variedade moçambicana

e criticam a variação considerando-a errada, tosca e fora dos considerados “padrões do bom uso”. Para eles, a LP implica copiar o sotaque lisboeta e uso da gramática normativa. Mas o que é falar a LP? Esta LP falada nos PALOP recebe interferências de diversas línguas africanas. É momento de escancarar a realidade situação sociolinguística dos PALOP:

**Quadro 1:** As línguas africanas no espaço dos PALOP

|                                 | Moçambique (2007)  | Angola (2012)   | Guiné-Bissau (2009)  | Cabo Verde (2010) | São Tomé e Príncipe (2012)  |
|---------------------------------|--|---|--|-------------------|---|
| L<br>Í<br>N<br>G<br>U<br>A<br>S | kimwani, cisena, shimakonde, ciyaawo, cindau emalhuwa, echuwabu, cinyanja, cinyungwe, cibalke, ciwute, comanyika, ciwute, gitonga, cicopi, xichangana, xirhonga, xiswati, zulu | kimbundu, kikongo, tchokwé, nganguela, umbundu, ndonga, oshiwambo, nyaneka, héhéro, khoisan | crioulo, balanta, mandinga, papel, fula, mancanha, felúpe, bijagó, manjaco | Kabuverdiano      | santomense ou forro (base da língua kwa): Príncipeense ou lunguyè, angolar, anobonense ou fa d'ambu |
| Total da População (2010)       | 22.416.881 hab.  | 17.429.637 hab.   | 1.515.224 hab.   | 494.040 hab.      | 163.784 hab.  |

Fontes: Ngunga e Faquir (2011); Pereira (2006); Kukanda (2000), CPLP (2013), Abdula (2003); Couto (s.d.).

Estima-se em mais de 50 línguas africanas faladas nos PALOP. É difícil indicar com exatidão quantas línguas existem porque os estudos das descrições ainda estão sendo desenvolvidos. Por exemplo, não se sabe quantas línguas dos povos khoi e san de Angola possuem. Para além destas, há línguas vatuas em Angola que carece de estudos descritivos.

Em Cabo Verde, 99% dos cabo verdianos falam o cabo verdiano. É uma língua da maioria da população, porém, não oficial. Em Cabo Verde, Segundo Lopes (2011, p.15) “a comunidade, como um todo, não mudou de língua, já que a língua crioula (a LCV) não foi abandonada, mantém grande vitalidade, sendo a língua materna ou a primeira aprendida de grande parte da população”. A língua do ensino na República de Cabo Verde, segundo Rosa (Apud BECKERT, 2020, p.1226) “continua a ser o português, a língua do antigo colonizador, embora aulas-piloto bilíngues (português/crioulo) tenham sido introduzidas em algumas escolas de ensino fundamental no ano letivo 2013/2014 sob a orientação de A. J. Cardoso, demonstrando efeitos positivos no desempenho dos alunos.” Moçambique também experimenta a educação bilíngue desde 1993 tendo resultado positivo segundo a publicação do estudo de Ngunga et al. (2010).

No Quadro 1, não foram incluídas as línguas gestuais e outras línguas estrangeiras e de religiões faladas por diversos grupos populacionais nos PALOP. Não estão incluídas as línguas da Guiné-

Equatorial porque quando a pesquisa foi realizada, o país não fazia parte. Mas os estudos de Leviski e Timbane (2020) descrevem a situação sociolinguística do país.

A convivência do português e das línguas apresentadas no quadro 1 é de salutar porque cada língua tem o seu espaço de atuação. As línguas africanas ficam relegadas aos contextos informais de uso enquanto que as africanas são línguas maternas para a grande maioria da população, especialmente nas zonas rurais. O português africano, nada mais é resultado da interação/interferência entre as línguas africanas e a LP.

### 3. A Política linguística do português dos PALOP

Calvet (2007, p. 10) define a **política linguística** como a “determinação das grandes decisões referentes às relações entre as línguas e a sociedade.” É o conjunto das escolhas conscientes e suas relações com os usos na vida de uma sociedade. Essa determinação é feita pela política por meio de leis, decretos ou outros mecanismos disponíveis no funcionamento estatal. Em outras palavras, a política linguística é a decisão ou escolha do Estado em relação ao uso da língua numa situação mono ou multilíngue. Quanto ao **planejamento linguístico**, Calvet define como sendo “a implementação concreta de uma política linguística, de certo modo, a passagem ao ato” (CALVET, 2007, p.133), ou seja, é a implementação prática dessa escolha da língua pelo Estado. Nas palavras de Severo (2013, p. 451), a política linguística está voltada, para uma prática de caráter estatal-legislativo, debruçando-se, por exemplo, sobre a oficialização de línguas, a escolha de alfabeto para a representação gráfica de uma língua, a hierarquização formal das línguas (línguas de trabalho, oficiais, nacionais, por exemplo), entre outros (SEVERO, 2013, p. 451).

Por outro lado, o planejamento seria a “implementação das decisões sobre a língua através de estratégias políticas” (SEVERO, 2013, p. 451). No contexto guineense, é a política linguística que definiu qual a língua que deve desempenhar a função da oficialidade, embora essa informação não esteja escrita em nenhum lugar. Essa decisão política não está presente na Constituição, mas presente na memória social.

Os PALOP estão cientes da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, assinada em Barcelona de 6 a 9, de Junho de 1996. Esse documento é bem conhecido embora pouco se realizam ações concretas para implementá-lo. No Artigo 9º dessa Declaração defende que “todas as comunidades linguísticas têm direito a codificar, standardizar, preservar, desenvolver e promover o seu sistema linguístico, sem interferências induzidas ou forçadas.” O Artigo 15º sustenta que “todas as comunidades linguísticas têm direito a que a sua língua seja utilizada como língua oficial dentro do seu território.”

A política Linguística é o conjunto de leis, normas e regras de um país ou de uma instituição. A Constituição regula e organiza o funcionamento do Estado. É a lei máxima que limita poderes e define os direitos e deveres dos cidadãos. O que se observa nas Constituições dos PALOP é algo estranho, pois as línguas autóctones não são oficiais e nem têm o mesmo estatuto com o português. Isso significa que ainda não há uma “independência linguística”, pois a língua do colonizador ainda é a única língua oficial como veremos a seguir:

(a) No Art. 9º da **República de Moçambique** (2004) está escrito “línguas nacionais” e se estabelece que “o Estado valoriza as línguas nacionais como património cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade.” O artigo 10º, da mesma Constituição, determina que “Na República de Moçambique a língua portuguesa é a língua oficial.” Para as línguas africanas o estado apenas valoriza. Segundo Houaiss (2009, p.1920), valorizar é “dar valor, importância a (algo, alguém ou a si próprio) ou reconhecer-lhe o valor de que é dotado”. O português também é uma língua nacional. As línguas bantu moçambicanas também são nacionais, tal como o português e a língua moçambicana de sinais (LMS).

(b) O Art. 9º da Constituição da **República de Cabo Verde** (2010) determina que é língua oficial o Português e que o Estado promove as condições para a oficialização da língua materna cabo-verdiana, em paridade com a língua portuguesa. O art. acrescenta que todos os cidadãos nacionais têm o dever de conhecer as línguas oficiais e o direito de usá-las. A “promoção” citada passa necessariamente por adoção de planejamentos que efetivamente materializem o que o legislador escreveu. Quarenta e seis anos após a independência de Cabo Verde, os diversos governos que se sucederam não conseguiram oficializar a LCV. É tempo de materializar a vontade da maioria dos cabo verdianos, se entendermos a língua como a manifestação plena de uma identidade e de uma determinada cultura. Num painel promovido pela CPLP, por ocasião do dia da LP<sup>2</sup>, o escritor, ensaísta e jurista cabo verdiano, José Luís Hopper Almada defende de forma exaustiva a língua portuguesa, mas também eleva a relevância da LCV, sua língua materna como a língua importante a ser reconhecida e a ser internacionalizada pela política linguística cabo verdiana. É muito importante este ponto de vista porque valorizar uma língua herdada não implica abandonar a língua materna.

(c) A Constituição da **República Democrática de São Tomé e Príncipe** (1990) e a Constituição da **República Guiné-Bissau** (1984) nada fazem alusão à LP e nem a nenhuma outra língua autóctone.

<sup>2</sup> Sessão Solene do Dia Mundial da Língua Portuguesa 5 de Maio de 2021: Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=E\\_ioZNH-PA8](https://www.youtube.com/watch?v=E_ioZNH-PA8)> Acesso em:20 deze.2021.

Ao nosso ver, essa política linguística é grave porque sabemos da relevância de uma Constituição como a Carta *Magna* de qualquer país. “Decidir não decidir” é frequente em muitos países, mas quem sofre, na verdade é a população que se vê desprovida da língua autóctone. A falta de consideração com relação a indicação do Estatuto das línguas faladas nesses países é uma grave decisão.

(d) Angola não deixa de seguir à regra dos outros PALOP. A Constituição da **República de Angola** (2010), estabelece no Art. 19º que a língua oficial da República de Angola é o português e o Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional. As ações previstas na Constituição não são colocadas em prática desde 1975, ano da proclamação da independência. Oficializar o português não significa de maneira alguma desvalorizar nem desprezar a língua materna. O artigo 21º defende que é tarefa fundamental do Estado proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como patrimônio cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação.

A Constituição da **República de Angola**, em seu Art. 23º, ninguém pode ser prejudicado, privilegiado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da sua ascendência, sexo, raça, etnia, cor, deficiência, língua, local de nascimento, religião, convicções políticas, ideológicas ou filosóficas, grau de instrução, condição económica ou social ou profissão. Na verdade, os angolanos ainda são excluídos nos grandes espaços onde a LP tem maior privilégio. A Resolução angolana, nº3/87 de 23 de maio considera as línguas nacionais como suporte e vínculo das heranças culturais, tornando-se necessário o estudo científico para que essas línguas se desenvolvam e se preservem ao longo do tempo. Essa Resolução promulgada pelo ex-Presidente José Eduardo dos Santos autorizou a título experimental o uso dos alfabetos das línguas kikongo, kimbundu, cokwe, umbundo e mbunda e oxikwanyama. É um documento que demonstra desejo de uma educação bilíngue português e línguas africanas angolanas, mas que isso ainda não se materializou.

(e) A Constituição da **República da Guiné-Equatorial** é um caso atípico, pois tem 3 línguas oficiais de origem europeia: espanhol (Constituição de 1995), francês (Decreto-Lei de 1998) e recentemente português (Decreto-Lei nº1/2010, implementado a partir de 2011). As línguas autóctones são reconhecidas como línguas aborígenes como integrantes da cultura nacional.

Numa “breve avaliação crítica da CPLP: o projeto, os estatutos, seus mecanismos”, Mourão (2008) demonstra que a CPLP nada se interessa pelas línguas autóctones dos países membros. Não há interesse e nem alusão a nada sobre as mais de 200 línguas faladas na CPLP. O art. 5º dos Estatutos da CPLP estabelece o “respeito pela sua identidade nacional”, mas em nada ajudam nem incentivam na valorização e no uso das línguas autóctones apresentadas no Quadro 1. As línguas autóctones

(mirandês, línguas africanas, línguas brasileiras e timorenses) são invisíveis no seio da CPLP, como se não existissem, como se os falantes dessas línguas não fossem pertencentes à comunidade, tal como de demonstrou no “Ciclo de debates da internacionalização da LP após a conquista do dia mundial”<sup>3</sup> organizado pela CPLP em maio de 2021.

Artigo 24º, da Declaração Universal de Direitos Linguísticos (1996) defende que todas as comunidades linguísticas têm direito a decidir sobre qual deve ser o grau de presença da sua língua, como língua veicular e como objeto de estudo, em todos os níveis de ensino no interior do seu território: pré-escolar, primário, secundário, técnico e profissional, universitário e formação de adultos. Essa decisão não pode ser dos políticos, mas sim da vontade. Em muitos PALOP, os políticos não representam o povo. Representam a elite econômica e colonizadora. Não se entende como em mais de quatro décadas de independência colonial, os PALOP ainda não reconheceram pelo menos uma língua autóctone como oficial. Será que, os cidadãos comuns adoram sofrer e ser barrados em certos espaços por falta de conhecimentos da LP?

Conclui-se que a LP tem desempenhado um papel importante na comunicação dos cidadãos dos PALOP, mas sem grande impacto nas comunidades rurais. Isso acontece pela resistência das populações na preservação das línguas autóctones. A LP é mais importante nas zonas urbanas onde a burocracia se faz sentir com mais ênfase. Sabendo do lugar que cada língua tem na sociedade, então os cidadãos usam-na a depender dos contextos. Na educação, realço a ausência legitimidade dos PALOP no ensino da LP. A ausência de dicionários e gramáticas da variedade local, desautoriza o seu ensino. O preconceito linguístico com relação a variedade ainda é forte, o que impede a internacionalização do português. Entre aprender o português moçambicano e o português europeu, obviamente as pessoas preferirão a variedade europeia devido ao preconceito com relação a variedade africana. Por outro lado, imitar a variedade desconhecida (memorizando regras da gramática normativa) torna o professor vulnerável e ator falso porque é difícil imitar um sotaque desconhecido e usar uma variedade artificial.

#### **4. As relações entre a LP e a África**

Os portugueses foram os primeiros europeus a conhecer e a explorar a África. Muitos nomes de países africanos foram dados por portugueses aquando da sua presença, nos séculos XV e XVI. É o caso de nomes de países: Gabão, Gâmbia, Serra Leoa, Alto Volta (hoje Burquina Fasso), Costa de Ouro (hoje Gana) entre outros. Alguns nomes de rios, lagos e montanhas carregam essa marca de

<sup>3</sup> Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=9mEBvblp2mA>

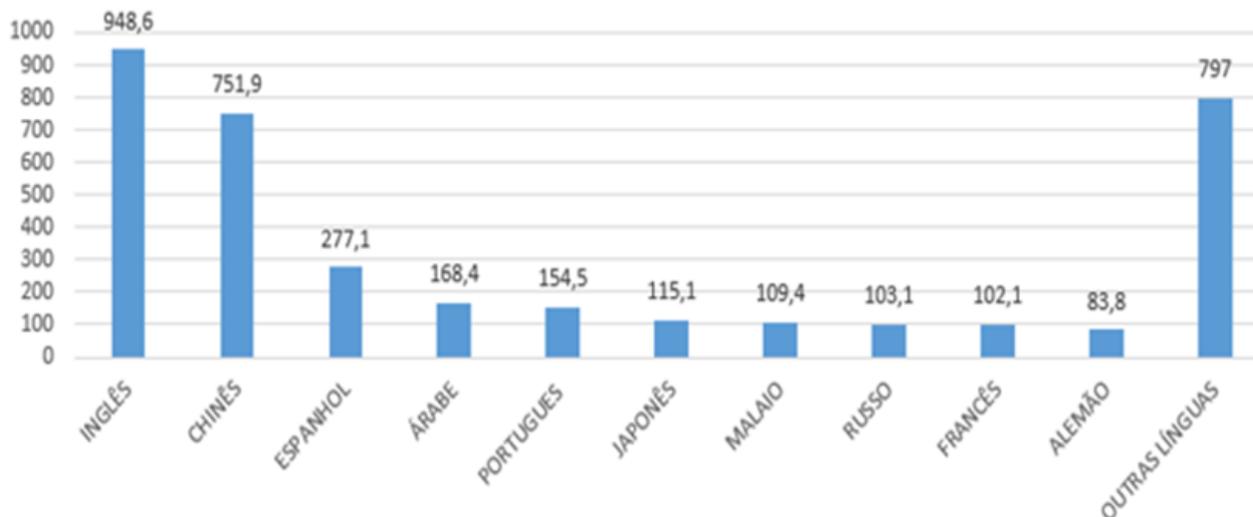
presença portuguesa desde a região ocidental, para a região central até austral da África. Quando Portugal se alinha à 1ª Guerra Mundial com mais de 200 mil homens, obteve perdas humanas de mais 10 mil soldados e mais milhares de militares feridos, desistiu de investir na guerra, o que culminou com a perda de colônias na África, incluindo no sonho do “mapa cor de Rosa” que pretendia unir as terras desde Moçambique até Angola.

Hoje, a expansão da LP no mundo se realiza por meio de políticas linguísticas que atribuem o estatuto de língua oficial nos 10 países sendo oito deles membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), mais a Guiné Equatorial, que a oficializou em 2011. Segundo Oliveira (2013) a China, especificamente a Região Administrativa Especial de Macau, a LP é cooficial com o mandarim.

Os países vizinhos do Brasil (do Mercosul)<sup>4</sup> e América Central e do Norte também ensinam a LP como língua estrangeira. A fronteira, segundo Bezerra Ferreira (2020, p.138), “é entendida como uma zona de instabilidade e de indefinição; é abordada por variados aspectos: geográfico, econômico, cultural, educacional, acadêmico, linguístico”. Na África, o português é língua da ciência, da tecnologia, da internet, da economia, da cultura e de organizações internacionais mais relevantes, como é o caso da CPLP, de Estados dos Estados do Sehel-Saara, do Mercado Comum da África Oriental e Austral, dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, da União Africana, da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, da Comunidade Econômica da África Central, da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, entre outras. A presença dos PALOP nessas organizações beneficia a internacionalização da língua para além de permitir relações econômicas e políticas. O dia 5 de maio é o dia internacional da LP. Os PALOP pouco celebram e pouco ou nada fazem em favor da divulgação e expansão da LP. Com relação aos usos linguísticos, o Gráfico 1 ilustra as quantidades de falantes de línguas no mundo:

---

<sup>4</sup> O estudo de Bezerra Ferreira (2020) dá enfoque: <https://www.saece.com.ar/relec/revistas/17/art8.pdf>

**Gráfico 1:** As dez línguas mais faladas/usadas no mundo e o nº de falantes

**Fonte:** *Internet World Stats* (apud OSMAN, 2017, p.13)

O português ocupa o 5º lugar, tal como ilustra o Gráfico 1, aproximando-se ao árabe, segundo Osman (2017). Oliveira (2013, p.411) afirma que entre 7 e 9 milhões de falantes da LP estão nas diásporas, especialmente nos Estados Unidos e no Canadá, em diferentes países europeus, no Japão, no Paraguai e na Venezuela (esses dois últimos na América latina). No mundo, a LP tem publicações importantes (impressos, eletrônicos e audiovisuais), é língua da internet e da tecnologia. O espaço pela LP tende a se expandir graças aos esforços realizados por Portugal e Brasil que não deveriam ser os únicos interessados com relação com essa temática.

Os PALOP adotaram o francês e o inglês como línguas estrangeiras nos sistemas de ensino. Por sua vez os francófonos e anglófonos adotaram o português como uma das línguas estrangeiras, salvo algumas exceções. As relações entre línguas europeias na África têm viés econômico e político porque as línguas africanas ainda são essenciais na comunicação informal dos africanos. O estatuto oficial do português na África acelera o ensino e a difusão.

Na História da LP, apenas Portugal e Brasil discutiam sobre assuntos da LP. Hoje os PALOP desejam fazer parte deste debate, dando contribuições que dão autonomia linguística. As divergências no Acordo Ortográfico (de 2009) entre Moçambique e Angola com os restantes lusófonos resulta desta tentativa de apropriação da LP e da sua escrita, o que Brasil e Portugal não abriu mão. Se queremos uma internacionalização da LP nos PALOP é importante apoiar as iniciativas dos PALOP assim como a variabilidade dos seus falares aceitando que esta LP é deles também. Só desta forma se sentirão donos da língua e tomarão iniciativas de expandir além fronteiras. As mazelas ou as cicatrizes do colonialismo ainda não estão apagadas. Os PALOP têm apenas 45 anos de independência. Seria importante dar mais confiança e apoio sistemático aos PALOP para que possam se sentir à vontade para caminhar (linguisticamente falando), com os seus próprios passos.

Desta forma há linguistas que defendem a normalização das variedades africanas do português e a elaboração urgente de dicionários e gramáticas palopianas. Com estes instrumentos consolidados, a LP a deixará de ser problema no ensino e podendo se expandir cada vez mais. Uma gramática pluricêntrica ajudaria de certa forma na elevação da autoestima e, sobretudo na difusão da LP. O distanciamento entre a variedade ensinada pela escola e a falada em casa (no caso das zonas rurais) provoca dificuldades no ensino para além de levantar preconceitos linguísticos já conhecidos.

A presença de empresas Portuguesas e Brasileiras nos PALOP fortifica a internacionalização do Português. Por outro lado, a existência de riquezas naturais por explorar convida muitos estrangeiros a se aproximar dos PALOP acabando por aprender português. Os estudos de Ribeiro (2015) demonstram uma invasão chinesa na África, nas relações comerciais, nos investimentos e nos fluxos financeiros. Que o digam os chineses que chegam nos PALOP para trabalhar em indústrias de construção e na exploração mineira, pois se sentem obrigados a aprender a LP para interagir trabalhadores e colaboradores. Em dois ou mais anos de trabalho nos PALOP, os chineses aprendem a LP e regressam no seu país com o português africano. Muitas empresas chinesas estão espalhadas por toda África, especialmente nos PALOP. Os PALOP passam a ser o elo da internacionalização da variedade africana do português na Ásia. Países europeus não lusófonos também investem nos PALOP e trazem técnicos, funcionários, engenheiros e outros especialistas que acabam aprendendo o português africano. É o caso do **Eni SpA (Eni)** de origem italiana que atua em Angola explorando Carvão, petróleo e gás e **Rovuma LNG** de origem americana atuando em Moçambique, atuando no setor de Carvão, petróleo e gás (Organização Internacional do Trabalho, 2019, p.12). A presenças destas multinacionais incentiva a expansão das variedades africanas do português além fronteiras.

A presença de igrejas brasileiras como a Igreja Universal, a Igreja do Poder de Deus, Assembleia de Deus e outras igrejas evangélicas e protestantes aumenta de certa forma a internacionalização do português africano. Pastores estrangeiros aprendem o português africano e acabam interagindo na variedade do crente. É fundamental que o pastor se aproxime da variedade do crente para melhor fazer chegar a sua mensagem.

A produção literária em LP está robusta (especialmente no século XX e XXI) nos PALOP. O maior reconhecimento da variedade é o reconhecimento e atribuição em 2021, do Prêmio Camões para a escritora moçambicana Paulina Chiziane. Se a Lusofonia lê e entende escritos em português moçambicano, fica um sentimento de que a internacionalização da LP está em processo no seio da lusofonia e em outras fonias. A internacionalização visibiliza a variedade do português moçambicano e coloca em evidência o português africano. Escritores dos PALOP (Conceição Lima, José Agualusa, Mia Couto, Vera Pina, Germano Almeida, Odete Semedo, Pepetela, Ondjaki, Agostinho Neto, Albertino Bragança, Luiz Bernardo Honwana, Inocência Mata, entre outros), têm produzido muito

material literário que manifestam a identidade africana do português, o que deve ser encorajado pelo Brasil, Portugal e Timor Leste.

As editoras brasileiras e portuguesas recusam a **internacionalização do português africano** em muitos momentos. As obras de escritores africanos quando publicados em editoras brasileiras e portuguesas sofrem ajustes, são corrigidas numa tentativa de elevar o português brasileiro e português Europeu apagando assim a variedade africana do português. A presença de glossários nas obras de escritores africanos atende o aspecto lexical apenas, mas não mexe com a variedade sintática, semântica e pragmática. Ajustar uma obra de escritor africano a ser consumida no Brasil é uma tentativa clara de apagar a internacionalização da qual falamos nesta pesquisa. Concordamos com a existência do glossário, mas não a mexida na sintaxe e na semântica porque esses são alguns elementos da internacionalização do português africano.

A música dos PALOP (kuduro, marrabenta, pandza, zouk, gumbé, funaná, o batuque, o colá, a coladeira, reggae, semba) também se afirma e está sendo muito aceito no mundo. Nesses materiais o português africano está presente. Pode-se citar “a cultura hip-hop e os angolanismos lexicosemânticos em Yannick Afroman: a língua e a cultura em debate” da autoria de Timbane, Santana e Afonso (2019), apenas para ilustrar. Essa interação linguístico-musical conserva e contribui para a internacionalização do português africano. Muitos cantores dos PALOP produzem música, gravam e divulgam na RDC, na África do Sul, na Namíbia, na Zâmbia, no Senegal, na Holanda, na França, na Inglaterra e em outras partes do mundo. Tem público que consome essas produções tanto na África não lusófona como na Europa<sup>5</sup>, na Ásia, na Austrália, nas Américas. Esse ato está inserido na internacionalização da variedade africana do português além fronteiras. A internacionalização da LP pelo viés musical recebe apoio do Brasil que exporta vários estilos musicais (MPB, funk, samba, sertanejo, bossa nova, etc.) para os PALOP.

A internacionalização da LP na África se faz por meio da chegada de novelas e programas televisivos em LP (TV a cabo) vindos do Brasil, de Portugal, do México (Dublagem brasileira) e filmes em inglês e em francês que são dublados em LP variedade brasileira. As transmissões de rádios, das televisões, dos jornais locais ainda são feitas em LP. O prestígio da oficialidade coloca a LP como proposta relevante nos PALOP. Os documentos oficiais e burocráticos são escritos em LP e isso eleva a relevância da LP. A chegada da internet permite a comunicação entre povos e culturas por meio das redes sociais e em tempo real. A distância não faz sentido agora porque os internautas conseguem conversar com amigos usando uma das variedades da LP. Isso é um contributo das tecnologias para a internacionalização da LP.

<sup>5</sup> Disponível aqui: <https://www.dw.com/pt-002/dez-cantoras-dos-palop-que-fazem-sucesso-na-europa/g-42869701>

A internacionalização do português africano é fomentada pelos diversos estudantes africanos que realizam seus estudos (de graduação e pós-graduação) em diversos países do mundo. No Brasil, por exemplo, a Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB, [www.unilab.edu.br](http://www.unilab.edu.br)), com campi no Estado do Ceará e na Bahia recebe anualmente mais de uma centena de estudantes vindos dos PALOP. Esses estudantes trazem a sua variedade para escola brasileira. Contagiam (no bom sentido) professores e estudantes brasileiros com a sua variedade e que de certa forma há uma troca, quer dizer, uma internacionalização do português africano em contexto brasileiro. Professores da UNILAB (e de outras universidades que recebem estudantes africanos da graduação e pós-graduação) se queixam desta “internacionalização” da variedade africana, pedindo correções em trabalhos acadêmicos, falta de coesão e coerência, insistindo para que estudantes façam ajustes que em muitos momentos não apagam a variedade africana do português. Os estudantes africanos no Brasil deixam rastros da sua variedade nas suas monografias, dissertações, teses, artigos, capítulos, livros e em outros trabalhos publicados. Esses estudantes palopianos interagem com brasileiros e deixam rastros da sua variedade e fazem com que a ideia da variabilidade linguística seja mais aceita no seio da sociedade brasileira.

Em dezembro 2021, representantes dos países da CPLP assinaram um acordo de mobilidade. Esse acordo permitirá que cidadãos de países membro possam circular sem visto, o que permitirá a internacionalização da LP uma vez que a “...mobilidade das pessoas é a mobilidade da LP enquanto língua de herança sim, mas também enquanto língua do futuro, do digital, das redes sociais, enquanto língua do conhecimento e da ciência, da diplomacia e de negócios...” (COSTA, 2021). Tanto a CPLP quanto os PALOP só saem a ganhar com esta mobilidade, pois automaticamente cancelará vistos entre os PALOP.

Felizmente chegou a momento tecnológico, onde as redes sociais são o espaço de afirmação da variedade africana. Encontramos nas redes sociais marcas do “bom português” cada país. É fácil observar que as variedades do português africano estão escancaradas nas redes sociais e apresentam o que Mingas (2021)<sup>6</sup> designou por “O pretuguês, o português em/de angola: é o problema que estamos com ele”. Este título do artigo releva a presença da variedade angolana no cotidiano e que esta variedade continua sendo vista como “desvio” à língua, o que não deveria ser porque o português angolano é legítimo para os angolanos. Sendo uma variedade legítima é normal que apareça na escrita e na fala das redes sociais. O vídeo “Zungueiras reclamam pelos seus direitos”<sup>7</sup> pode-se escutar as seguintes construções:

---

<sup>6</sup> Prof. Dra. Amélia Mingas (1940-2019) foi professora da Universidade Agostinho Neto. Disponível em: <<https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/article/view/683>>. Acesso em: 19 dez. 2021. Publicação póstuma.

<sup>7</sup> Vídeo disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=ZaCXQ8sVu\\_c](https://www.youtube.com/watch?v=ZaCXQ8sVu_c)>. Acesso em: 19 dez. 2021.

- a) “...deste chapada propositalmente na comida da senhora, é trabalho isso?” (informante 1)
- b) “... pega na senhora lhe dá com purete na tigela (...) caiu no chão...a senhora não queria ir lá falar com polícia porque poderia lhe dar com mais porrete na cabeça...e nós todos depois começou à se meter a correr..” (informante 2)
- c) “...como deram corrida, nós todos se metemos a fugir (...) e nós no metemo no meio da estrada” (informante 3).

Está aqui um exemplo de português de Angola que se propaga nas redes sociais. O alcance deste vídeo na lusofonia contribui para a internacionalização da variedade angolana do português. O português africano existe. A divulgação de pesquisas sobre a variedade abre caminho para o seu reconhecimento e expansão. Se queremos a internacionalização do LP na África mantenham a variedade africana em trabalhos acadêmicos, nas obras literárias e em outros espaços. Alguns canais televisivos no Brasil, colocam legenda nas entrevistas feitas com angolanos, moçambicanos, guineenses, são tomenses ou cabo verdianos. Qual é o objetivo? Como vamos internacionalizar enquanto pensamos na nossa variedade apenas? É claro, que é para permitir que apenas a variedade seja mais importante que as outras. Trata-se de uma intolerância linguística que de certo modo impede a internacionalização das variedades.

## 5. Conclusão

A internacionalização do português nos PALOP passa necessariamente pelo apoio da CPLP porque há muitos desafios em contexto africano. Primeiro, há que considerar a ausência de políticas públicas e linguísticas que visem expandir a LP. As pessoas aprendem português por necessidade econômica e política apenas. Os governos não contribuem para eliminação do preconceito linguístico segundo o qual o português é de Portugal. As pessoas precisam compreender que o português é uma língua africana de origem europeia, ou melhor, em Angola, o português é uma língua africana de origem europeia. Esse sentimento fará com que a internacionalização seja efetiva.

Segundo, a internacionalização do português africana pela escrita e publicação de instrumentos do tipo dicionários e gramáticas para cada variedade, por isso legitimará a variedade. Portugal parece não estar interessado com essa guinada porque acha que a sua variedade é legítima e que deveria ser modelo. Esse é, sem dúvidas outro preconceito linguístico denunciado e aprofundado pelo Marcos Bagno, na obra *Preconceito Linguístico: o que é, e como se faz*. Se todos entendemos que o língua varia e muda seria interessante compreender que os PALOP precisam de ter autonomia, o que de certo modo aumentaria a auto estima dos falantes. A falta destes instrumentos, deslegitima

os PALOP a ensinar o português além fronteiras. Como o guinense pode ensinar uma língua que nem tem dicionário e nem tem gramática publicada? Logo, quem tem autoridade é quem organizou instrumentos legitimadores, daí Portugal e Brasil seriam os legítimos. A ausência dos instrumentos coloca os PALOP numa situação frágil para internacionalizar o português além fronteiras.

Terceiro, é perigoso ensinar uma variedade distante da sua porque os nuances semânticos, sintáticos e morfológicos podem desautorizar o professor. Um professor moçambicano ou são tomense poderá ter limitações na “imitação” de uma variedade distante, daí a necessidade de pensarmos uma gramática pluricêntrica (BATOREO, 2014). Se Brasil e Português se posicionam como os polos da LP, não darão chance para os PALOP e para Timor Leste. Os PALOP e o Timor Leste por si sós não podem internacionalizar a LP sem apoio da CPLP. Se o bem é comum, então as responsabilidades políticas deveriam ser compartilhadas para que a LP se expanda dentro dos países e além fronteiras. O pluricentrismo linguístico, segundo Silva é geralmente assimétrico, pelas inevitáveis diferenças de estatuto e poder económico, político ou cultural entre as variedades nacionais, umas dominantes e outras não dominantes. (SILVA, 2018, p.838). Os PALOP continuam pobres e não terão concepções para investir fortemente na internacionalização da LP.

Quarto, as poucas ações do ensino da LP nos países próximos dos PALOP resultam de iniciativas próprias desses Estados, resulta de políticas linguísticas e das condições que esses países possuem. Dessa forma, os PALOP estariam muito distantes da encontrar resultados a longo prazo, pois a vontade é alheia. Os PALOP têm dívidas com as suas línguas de origem africana, por não ser oficiais, por não ser línguas de ensino e ainda por caminhar para o desaparecimento ao longo por próximos séculos. Poucas ações se mostram firmes na preservação, proteção e das línguas autóctones. Neste particular, o Brasil também está incluído, uma vez que as suas línguas indígenas se encontram em perigo devido a fraqueza nas políticas linguísticas de preservação das línguas indígenas brasileiras.

Quinto e último, há que internacionalizar a LP dentro dos PALOP. Cada PALOP precisa de compreender que a sua variedade é adequada ao contexto e não precisa de desvalorizá-la em favor da “imaginada variedade modelo”. Os moçambicanos falam bem português e a escola precisa tolerar. O centro da LP não é Portugal muito menos do Brasil. Todas as variedades são legítimas e precisam do seu devido espaço. O Silva (2018) sustenta que para a descrição adequada da variação linguística pluricêntrica são necessários métodos empíricos e quantitativos avançados, sejam métodos de observação de corpus, sejam métodos experimentais, seja a combinação de ambos. Esse é o ponto de partida que os PALOP precisam seguir. Estudos descritivos já estão sendo feitos em diversas universidades palopianas, mas falta a sistematização para a sistematização e afirmação por parte da política linguística e pública.

## 6. Referências

- ABDULA, Rajabo Alfredo Mugabo. “O ensino das línguas nacionais como solução para o processo de alfabetização em Moçambique”. *Letras Dom Alberto*. v.1, n.3, p. 219-232, 2003.
- ANGOLA. *Constituição da República*. Luanda: Assembleia Nacional e Constituinte, 2010.
- ANGOLA. *Resolução nº 3/87, de 23 de maio de 1987*. Diário da República. 23 maio 1987. I Série. nº 41.
- BATORÉO, Hanna J. Que gramática(s) temos para estudar o português língua pluricêntrica? *Diadorim*, Rio de Janeiro, v.16, p.1-15, 2014.
- BECKERT, Ronny. Kabuverdianu no sistema educativo em Cabo Verde e o seu status em relação ao português. *Linguagem & Ensino*, Pelotas, v. 23, n. 4, p. 1224-1247, out.-dez. 2020.
- BEZERRA FERREIRA, José Genival. Cenário da língua portuguesa no Mercosul: o caso da Argentina, do Paraguai e do Uruguai. *Revista Latinoamericana de Educación Comparada*, v.11, n.17, p. 132-147, 2020.
- CABO VERDE. *Constituição da República*. Praia, 1992.
- CALVET, Louis-Jean. *As Políticas Linguísticas*. Florianópolis/São Paulo: Ipol/Parábola, 2007.
- CALVET, Louis-Jean. *La guerre des langues et les politique linguistiques*. Paris: Hachette, 2006.
- CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. *Metodologia científica*. 6.ed. São Paulo: Pearson, 2007.
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. 2013. *Estatística da CPLP 2012*. Lisboa: INE, I.P
- COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. *Estatística da CPLP*. 2012. Lisboa: INE, I.P, 2013.
- COSTA, Zacarias da. *Intervenção do Secretário Executivo da CPLP na visita do Primeiro-Ministro de Portugal*. 9 dezembro 2021. Disponível em:  
<<https://www.youtube.com/watch?v=dJI2XLV1nF8>>. Acesso em: 20 dez. 2021.
- COUTO, Hildo H. do. Política linguística e planejamento linguístico na Guiné-Bissau. *Papia* v.1, n.2. Brasília. (s.d.) p.47-57.
- GUINÉ-EQUATORIAL. *Constituição da República*. 1995
- HOUAISS, António. *Dicionário de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Houaiss, 2009
- INE. Instituto Nacional de Estatística da Guiné-Bissau. *Recenseamento populacional*. Bissau. 2009.
- KIALANDA, Kialunda Sozinho et al. O kikongo e a cultura do povo bakongo: a cultolinguística nos nomes próprios. *Revista Versalete*. Curitiba, v. 7, n.12, jan.-jun. 2019.
- KUKANDA, Vatomene. “Diversidade linguística em África”. *Africana Studia* n.3, p.101-117, 2000.
- LEVISKI, Charlott Eloize; TIMBANE, Alexandre António. A Guiné-Equatorial no cenário lusófono: política e planejamento linguísticos. in: SOUZA, Sweder; OLMO, Francisco

- Calvo.(Org.). *Línguas em português: a lusofonia numa visão crítica*. Porto: U. Porto, 2020. p.119-135.
- LOPES, Amália Maria Vera-Cruz de Melo. *As línguas de cabo verde uma radiografia sociolinguística*. 2011. 586f. (Doutoramento em Linguística). Departamento de Linguística Geral e Românica, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.
- MINGAS, Amélia Arlete. O pretuguês, o português em/de angola: “é o problema que estamos com ele”. *NJINGA E SEPÉ: Revista Internacional De Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*, São Francisco do Conde, v.1, n.1, p. 25–37, 2021. Disponível em: <<https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape/article/view/683>>. Acesso em: 19 dez. 2021.
- MOÇAMBIQUE. *Constituição da República*. Maputo, Assembleia da República, 2004.
- NGUNGA, Armindo et al. *Educação bilíngue na província de Gaza: avaliação de um modelo de ensino*. Maputo: CEA, 2010.
- NGUNGA, Armindo; FAQUIR, Armindo G. *Padronização da ortografia de línguas moçambicanas: relatório do III seminário*. Maputo: CEA, 2011.
- OLIVEIRA, Gilvan Müller de. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. *Trab. Ling. Aplic.*, Campinas, v.2, n.52, p. 409-433, jul./dez. 2013.
- ORGALIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Empresas Multinacionais, Desenvolvimento E Trabalho Digno: Relatório sobre a promoção e a aplicação da Declaração Tripartida de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social em África, 14.ª Reunião Regional Africana*, Abidjan, 2019.
- OSMAN, Tamer. Why has english the language for all the written materials at the international level? *Global.Journal of humain-social Science*.v.7, n.6, p.12-26, 2017.
- PEREIRA, Dulce. *O essencial sobre a língua portuguesa: crioulos de base portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2006.
- RIBEIRO, Valéria Lopes. Uma expansão chinesa na África: comércio, investimentos e fluxos financeiros. *Textos de Economia*, Florianópolis, v.18, n.1, p.11-36, jan./jun.2015.
- SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. *Constituição da República Democrática*. 1990.
- SEVERO, Cristine G. Política (s) linguística(s) e questões de poder. *Alfa*, São Paulo, v.7, n.2, p.451-473, 2013.
- SEVERO, Cristine Gorski; LEVISKI, Charlott Eloize. Internacionalização da língua portuguesa: assimetrias, heterogeneidade e poder. *Organon*. v.36, n.71, p.1-16, 2019.
- SILVA, Augusto Soares da. Variação linguística e pluricentrismo: novos conceitos e descrições. *Actas do XIII Congreso Internacional de Lingüística Xeral*, Vigo, p.838-845, 2018.

STEPHANOU, Ângela. Os dez principais idiomas africanos mais populares. *Pangea: translations experts*. 19 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.pangea.global/blog/2018/07/19/10-most-popular-african-languages/>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

TIMBANE, Alexandre António. *A variação e a mudança lexical da Língua Portuguesa em Moçambique*. 318f. (Tese). Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa. Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013.

TIMBANE, Alexandre António. SANTANA, Yuran Fernandes Domingos; AFONSO, Euclides Victorino Silva. A cultura hip-hop e os angolanismos lexico-semânticos em Yannick Afroman: a língua e a cultura em debate. *Afluente*, UFMA/Campus III, v.4, n.12, p. 104-128, mai./ago. 2019.

UNESCO. *Declaração Universal do Direitos Linguísticos*. Barcelona: UNESCO, 1996.